

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS/AS PROFESSORES/AS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ: O LIVRO DIDÁTICO PÚBLICO EM QUESTÃO

Cíntia Müller Angulski
Astrid Baecker Avila

RESUMO

Este estudo faz parte do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em andamento, em 2009. Terá como foco de análise o Livro Didático Público – Educação Física, como uma das ações estabelecidas pelas políticas públicas de formação continuada dos professores/as da rede pública estadual de ensino. O mesmo se caracteriza como um instrumento didático-pedagógico e pretende-se verificar seu alcance no espaço escolar, na ótica dos/as professores/as e dos/as alunos/as como possibilidade de resignificação/apropriação ou negação de determinado conhecimento.

Palavras Chave: Conhecimento; Livro didático Público, Educação Física Escolar.

ABSTRACT

This research is part of the Educational Development Program – PDE, from the Education Office from the State of Paraná, which is happening in 2009. The analysis focus will be the Didactic Public Book-Physical Education, as one of the actions established by the public politics of continuous formation of teachers from the public education net. The research is known like a didactic pedagogic instrument and we intend to verify its power in the school space, in the teachers' and the students' vision as the possibility of signification/appropriation or denial of the knowledge.

Key Words: Knowledge, Public Didactic Book, School Physic Education

RESUMEN

Este estudio pertenece a ell Programa de Desarrollo Educacional – PDE, de la Secretaría de Estado de la Educación de Paraná, en tramitación, el 2009. Tendrá como foco de análisis el Libro Didáctico Público – Educación Física, como una de las acciones establecidas por las políticas públicas de formación continuada de los profesores/as del sistema público estadual de enseñanza. El mismo se caracteriza como un instrumento didáctico-pedagógico y se pretende verificar su alcance en el espacio escolar, en el óptico de los/las profesores/as y de los/las alumnos/as como posibilidad de resignificación/apropiación o negación del conocimiento.

Palabras Llave: Conocimiento; Libro Didáctico Público; Educación Física escolar.

Introdução

Esta pesquisa teve início no ano de 2008, como parte integrante do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), do Estado do Paraná. Este programa é destinado

aos professores/as da rede pública, com vistas à formação continuada e intervenção na prática pedagógica do/a professor/a no cotidiano da escola¹. O presente trabalho encontra-se em fase de andamento, com a conclusão prevista para o segundo semestre de 2009. A pesquisa pretende, em linhas gerais investigar junto aos professores/as e alunos/as, quais as noções que estes possuem sobre Livro Didático Público de Educação Física. Verificar seu alcance no espaço escolar como um instrumento de apoio didático-pedagógico e como possibilidade de resignificação/apropriação ou negação dessa determinada proposta que faz um recorte do que seria conhecimento em Educação Física escolar. Pretende-se também identificar como os professores/as organizam o trabalho pedagógico e encaminham suas aulas. Construir espaços para debates por meio da formação de Grupos de Estudos, buscando o aprofundamento teórico e reflexões sobre a prática pedagógica do/a professor/a.

A maneira como a disciplina Educação Física foi conduzida nas últimas décadas, em muitas escolas, permitiu que a mesma tivesse sentidos/significados diversos, em muitos casos, perdendo o seu vinculamento com uma pedagogia crítica. Isso pode ser caracterizado-se por um “*laisse faire*”, que reflete uma ausência de planejamento que acena para uma das causas do desinteresse dos alunos em participarem das aulas, bem como o de muitos/as professores/as que se vêem desmotivados diante dessa realidade.

No Estado do Paraná esta situação não é diferente e com vistas a interferir nesta realidade no intuito de possibilitar mudanças, algumas ações em termos de Políticas Públicas se estabeleceram durante a gestão 2003/2006 e 2007/2010 deste governo por meio da Secretaria de Estado da Educação. Conforme apontam os documentos oficiais, numa preocupação com a melhoria da escola pública dentre as muitas ações desenvolvidas neste período destaca-se a construção de materiais de apoio didático-pedagógico, especialmente o Livro Didático Público (LDP), como forma de incentivo à formação continuada do/a professor/a.

Um dos aspectos relevantes a ser apontado nesta direção, refere-se ao incentivo da Secretaria de Estado da Educação (SEED), por meio dos Departamentos de Ensino, na criação de tempos e espaços, para que se constituísse um movimento coletivo de discussões e proposições de resignificação do fazer pedagógico no cotidiano escolar, para e pelos/as professores/as da rede. Este movimento teve início com a efetivação das políticas educacionais que pretendem, dentre outros aspectos, romper com posturas ideológicas anteriores, postulando uma gestão democrática. Conforme indicado pela então superintendência de ensino, representada pela Professora Yvelise Freitas De Souza Arco-Verde, apontando alguns princípios básicos para efetivação deste propósito:

“A Superintendência de Educação, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, tem como função gerir a política educacional do Estado a fim de garantir a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino atendendo às especificidades de cada localidade, assim como, as diversidades culturais em busca de uma educação, efetivamente, democrática no Estado do Paraná.

O objetivo da Superintendência de Educação é estabelecer e organizar o trabalho pedagógico e administrativo do sistema de ensino no Estado pautado nos seguintes princípios:

- Defesa da educação como direito de todos os cidadãos;

¹ Sobre a organização, objetivos e proposta do programa PDE, ver maiores detalhes no Portal Educacional do Paraná <http://www.pde.pr.gov.br/modules/conteudo>, consultando o Documento Síntese.

- Valorização dos profissionais da educação;
 - Garantia de escola pública, gratuita e de qualidade;
 - Atendimento à diversidade cultural;
 - Gestão escolar democrática, participativa e colegiada.”
- (PARANÁ,2007)

Na perspectiva de “valorização dos profissionais da educação” os/as professores/as da rede estadual de ensino foram instigados, por meio de diferentes ações, a refletirem, implantarem e implementarem novas propostas de ensino que viessem ao encontro dos pressupostos teóricos já apontados nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCE) - Educação Física (também construída com amplos debates dos/as professores/as da rede pública)². O intuito seria a materialização dos pressupostos teóricos norteadores da disciplina por meio dos programas em andamento na SEED, como é o caso, do Projeto Folhas que originou o LDP³. Nesta direção, foi construído o Livro Didático Público, produzido integralmente pelos/as professores/as da rede de forma colaborativa, distribuído para todos os/as alunos/as do Ensino Médio, sendo este o público ao qual se destinava. Ressaltando que esta foi uma iniciativa ousada em termos de políticas de governo, uma vez que estava na contramão do que se apregoava (e está ainda fortemente presente em termos gerais na Educação brasileira, até o presente momento), ou seja, uma supervalorização das “pedagogias do aprender a aprender” e das “pedagogias das competências” como nos indica Duarte (2003).

O conjunto de ações destinadas à formação continuada dos/as professores/as da rede pública, tiveram como princípio norteador os pressupostos apontando nas DCE tendo na “cultura corporal” o objeto de ensino da Educação Física, na perspectiva da pedagogia crítico-superadora. O aprofundamento dos conhecimentos teóricos e a reflexão sobre a prática pedagógica, tiveram como intencionalidade uma resignificação dos conteúdos escolares e a possibilidade de transformação do cotidiano escolar.

Destinado aos/as professores/as da rede e aos alunos da Educação Básica (Ensino Médio) o LDP está disponibilizado via impressa e digital. Este material foi distribuído para todos os alunos do Ensino Médio do Paraná, desde o segundo semestre de 2006 para ser utilizado no ano de 2007 e uma segunda edição foi distribuída no segundo semestre de 2008 para ser utilizado em 2009. Cabe destacar que, na elaboração desses materiais, houve uma parceria com as Instituições de Ensino Superior Públicas e Estaduais do Estado, no sentido de estabelecer uma aproximação dos conhecimentos produzidos na academia e o cotidiano da escola, objetivando assim um diálogo destes universos, ressaltando que toda escolha é por si só ideológica, os professores assessores das IES foram selecionados tendo em vista sua concepção teórica, que deveria estar de acordo com as Diretrizes Curriculares.

Com base no exposto lançamos alguns questionamentos que pretendemos discutir ao longo deste estudo: Poderia o LDP se apresentar como uma importante ferramenta para a reflexão? Significaria este, uma possibilidade de avanço teórico para a área de Educação Física no Estado do Paraná? O LDP estaria alcançando os objetivos propostos, principalmente no que se refere à utilização pelos professores e alunos no espaço escolar? A criação de recursos/estratégias metodológicas, por meio das Políticas

² Este documento, DCE 2009, se encontra atualmente (versão 2008), disponibilizado aos professores da rede no Portal Educacional do Paraná no endereço <http://educacaofisica.seed.pr.gov.br/>.

³ Sobre a construção e propósitos do LDP ver artigo publicado nos Anais do XV Conbrace – 2007. **Livro didático público de educação física: um diálogo com a prática pedagógica.** Angulski, C. M.. et al.

Públicas, está atendendo as demandas dos/as professores/as no cotidiano da escola? Com isso pretendemos compreender a influência que o Livro Didático Público estabelece em relação ao trato dado ao conhecimento na disciplina de Educação Física escolar nas escolas da rede pública do Paraná. Para isso necessitamos identificar o que é o conhecimento na Educação Física escolar (dentro daquilo que está proposto nas Diretrizes e no próprio LDP), para confrontar com o conhecimento que está sendo efetivado nas escolas pelos/as professores/as. Almejamos assim verificar de que maneira eles buscam, selecionam e tratam os conhecimentos que irão ensinar nas aulas. Além disso nos propomos discutir se ocorre à utilização do Livro Didático Público como ferramenta de apoio didático-pedagógico, observando em que situações ela ocorre, e quando não ocorrem, quais os argumentos justificam sua utilização ou negação. No decorrer do estudo pretende-se estimular a criação de espaços de discussão e reflexão na forma de Grupos de Estudos com os envolvidos na pesquisa, problematizando e ampliando os encaminhamentos propostos no Livro Didático Público, com vistas a um aprofundamento teórico nesta disciplina.

Nos encaminhamentos metodológicos será realizada a observação participante e a entrevista semi-estruturada, analisando a atuação dos professores, e suas expectativas em relação ao conhecimento nesta disciplina. O foco de análise é a relação entre o LDP, o Projeto Político Pedagógico, especificamente quanto aos pressupostos teóricos, filosóficos da disciplina de Educação Física e o planejamento do professor, com vistas a estabelecer aproximações com a prática pedagógica. Nesse sentido observaremos as aulas de Educação Física, na escola onde será desenvolvida a pesquisa. Os dados receberão tratamento categorial e serão triangulados – aulas observadas, documentos oficiais e o que dizem os/as professores/as, desses procedimentos serão retiradas as categorias de análise.

Discutindo algumas questões no trato do conhecimento na escola.

Inúmeros discursos se levantam no interior da escola e também fora dela, sobre a relevância dos conhecimentos historicamente produzidos para a formação de um ser humano crítico, com autonomia e em favor de um ensino de qualidade. Resta-nos perguntar qual conhecimento? Qual qualidade? Que tipo de criticidade e autonomia? Este estudo não tem a pretensão de responder a todas estas questões, mas levar-nos a refletir algumas conseqüências do discurso das teorias pós-críticas em educação. Ou seja, como essas inovações, propostas por eles, atuam na sociedade atual (no sentido da conservação ou transformação dessa).

Duarte (2003) realiza uma análise da realidade educacional brasileira e apresenta seus argumentos sobre uma tendência que tem sido a tônica de muitas pesquisas em educação no Brasil. Destaca a chamada “pedagogia das competências” como emblemática representante de nosso tempo que têm seu vínculo com uma corrente educacional mais ampla identificada pelo autor como pedagogias do “aprender a aprender”. Nesta direção ele nos chama a atenção sobre alguns termos utilizados, principalmente por Philippe Perrenoud⁴ advertindo que numa de suas obras, Perrenoud (1999) apropria-se de expressões já utilizadas pelo movimento escolanovista⁵, dentre

⁴ Esse pensador é um dos grandes divulgadores da “pedagogia das competências”, tendo publicado várias obras sobre esta e outras temáticas nesta perspectiva (1999, 2000, 2001, 2002).

⁵ Fusari (1992) destaca que "a partir do golpe militar de 1964, diante da impossibilidade de avançar rumo a propostas progressistas de educação, o movimento escolanovista encontrou terreno propício para o seu desenvolvimento." (...)

elas a idéia de “métodos ativos” tendo como base o treinamento de habilidades.

Estas idéias apresentam um tipo de aprendizagem em que o aluno é treinado para pesquisar e encontrar por si mesmo as soluções para seus problemas, ao mesmo tempo, em que o professor deixa de lado o seu papel de ensinar, se colocando como um incentivador do aprendizado. Para Duarte (2003) estas noções, nada ingênuas, encontram suporte nas pedagogias das competências, nas pedagogias do aprender a aprender, no construtivismo, nos modelos da Escola Nova, do professor reflexivo, dentre outras.

Nesta perspectiva, este autor identifica certos posicionamentos assumidos como base nas pedagogias do “aprender a aprender” no que se refere ao conhecimento teórico/acadêmico/científico, sendo importante compreender os valores que elas estão postulando no processo pedagógico.

No primeiro posicionamento, Duarte (2003) discute que há um interesse maior nas aprendizagens em que está ausente à transmissão do conhecimento por outros sujeitos, uma vez que, é o próprio aluno quem toma à frente nesse processo. Ou seja, do ponto de vista desta concepção, existe um maior *status* no aprendizado em que não há a transmissão por outrem aumentando, assim, a autonomia dos alunos.

No segundo posicionamento, o autor destaca que nesta concepção torna-se mais relevante que o aluno desenvolva seu próprio método de aquisição do conhecimento, em detrimento ao aprendizado que parte de descobertas e elaborações já realizadas anteriormente. Nesta perspectiva, o método desenvolvido pelo aluno na apropriação do conhecimento é mais valorizado do que o conhecimento científico já produzido, permitindo-lhe a criação de suas próprias verdades e preferencialmente que possam ser utilizadas no cotidiano.

Já no terceiro posicionamento, Duarte (2003) afirma que o interesse do aluno nas atividades realizadas, seria o ponto alto do aprendizado, numa perspectiva de educação funcional. Os dois primeiros posicionamentos se encontram, conforme analisa o autor, fortemente articulados, uma vez que o aluno buscaria por si o conhecimento, elaborando seu próprio método. Já no terceiro posicionamento, o motor do processo centra-se nos interesses e necessidades imediatas do aluno. O quarto e último posicionamento assumido pelas pedagogias do “aprender a aprender” é o de que a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem o acelerado processo de mudanças que ocorrem na sociedade, tornando com isso os conhecimentos cada vez mais provisórios e superficiais. Neste ponto Duarte (2003) chama a atenção para o real fundamento desta concepção, que nada mais é que “adaptar” os sujeitos aos ditames da sociedade capitalista, cabendo ao professor o papel de conhecer a realidade social, não para realizar a crítica num compromisso com a transformação social radical, mas apenas identificar quais competências serão exigidas dos indivíduos, para sua “acomodação”. E aqui ressaltamos os perigos que se escondem por trás dessas abordagens, pois aparentemente elas parecem muito “eficientes” e podem até ser, conforme os propósitos a que servem, mas escondem certos posicionamentos que corroboram com uma mudança nos valores da prática pedagógica e de modo algum auxiliam na autonomia do aluno, uma vez que aprender “sozinho” é uma forma de manter o aluno amesquinhado em sua própria visão de mundo, ao contrário de questionar suas crenças, ensinando aquilo que a humanidade produziu e aquilo que temos como conhecimento mais elaborado e mais complexo. Outro aspecto se refere “a criação pelo aluno de suas

entram na moda a inovação e a modernização dos meios, passando para segundo plano os próprios conteúdos do ensino.”.

próprias verdades” e preferencialmente que possam ser utilizadas no cotidiano. À primeira vista isso pode parecer uma vantagem, mas com isso ocultamos uma concepção idealista de verdade e vinculamo-nos a uma compreensão anti-realista de mundo. A verdade não pode ser criada e depois colocada no real, porque a verdade é, ou seja, o real existe independente de nosso reconhecimento dele e será sempre infinitamente mais complexo do que nossa capacidade de representação deste. O que cabe a nós é aproximarmos o pensamento, cada vez mais, a própria realidade. Assim, somente com uma reflexão profunda e radical dessa seria possível sua apropriação e então sua resignificação, e este seria o papel da escolarização, a transmissão desse conhecimento e sua resignificação. Mas o que estes autores pós-críticos postulam nada mais é do que uma visão empobrecida da realidade que permite ao aluno apenas acomodar-se a ela.

Nesta perspectiva, podemos identificar alguns posicionamentos que fazem parte de discursos no interior da escola e que reforçam os ditames hegemônicos mascarando e reproduzindo a ideologia dominante. Torna-se necessário um maior aprofundamento destas questões para uma prática pedagógica, e aí se inclua todo o movimento presente nela, que se pretende crítica e formadora de seres humanos emancipados. Vale lembrar, conforme Nagel (2007) que “o *trabalho de educar* tem cunho social exatamente porque, na história dos homens, ele sempre aparece sob a elucidação de *atos ou pressupostos considerados válidos para assegurar uma sobrevivência (entre os pares) igual, ou melhor, a já existente*”. Torna-se relevante um repensar sobre a função social da escola e em consequência o ato de educar, o que, conforme Nagel (2007) “não pode ser simplesmente confundido com o repasse de conhecimentos e valores considerados a priori ilegítimos, como propõe uma tese que vem sendo defendida por diferentes autores na pós-modernidade”. Assim, ao pensarmos na autonomia do sujeito, não se pode desconsiderar que o ser humano é um ser social e daí a importância de um trabalho educativo que vise à noção de comunidade, suas conquistas e seu acúmulo de conhecimentos historicamente construídos, até mesmo para que possamos questioná-los. Nesta perspectiva, os conhecimentos formalizados, transformados em conteúdos escolares são de extrema importância para uma resignificação e apropriação do mundo em que vivemos, de maneira consciente e autônoma, não apenas um conhecimento capaz de “treinar competências”.

A organização do trabalho pedagógico do/a professor/a, alguns apontamentos.

O trabalho pedagógico precisa estar atrelado ao conhecimento aprofundado da área e do objeto de estudo/ensino da disciplina e assim, o/a professor/a ao organizar seu planejamento irá selecionar elementos essenciais para desenvolver com seus/as alunos/as. A sua visão de mundo e o seu referencial teórico o acompanharão de modo que suas escolhas não serão neutras e para cada escolha existe uma consequência. Independente da orientação teórica que o/a professor/a assume, sua postura poderá estar de acordo com ela (lembrando que essa relação teoria e prática é sempre contraditória). Nota-se que existe, hoje, um ecletismo e uma superficialidade nas orientações teóricas assumidas pelos professores, que se torna difícil definir um posicionamento, isto porque num ecletismo teórico existe a idéia de “vale tudo” e se é assim “qualquer coisa vale”. Não se trata de culpabilizar o professor, pois isto também faz parte de um movimento político daquilo que alguns tem denominado de pós-moderno, conforme ressaltam Avila e Ortigara (2007, p.306);

“Nesse sentido podemos inferir que buscamos satisfazer a necessidade de uma educação com qualidade superior à oferecida hoje pelas escolas exige, primeiramente, que consideremos que a realidade existente possui uma complexidade muito maior do que a princípio podemos perceber. Verificamos anteriormente que o problema da qualidade da educação é imputado predominantemente aos educadores, particularmente, em função de sua formação, o que demonstra o quão limitada é a representação da realidade educacional que sustenta tais análises. O que preocupa, também, é que essas representações reducionistas têm orientado as reflexões em torno da discussão da formação dos educadores apontando a concepção “prático-reflexiva” e a “pedagogia das competências” como as principais possibilidades de alteração desse quadro.(...) Queremos a qualidade na educação, mas diferentemente daquilo que é pregado por essas políticas e pelas abordagens neopragmáticas, que de certa forma bloqueiam a crítica consistente e favorecem o conservadorismo político”

Não é possível admitirmos uma visão ingênua de mundo, especialmente quando falamos no trabalho do/a professor/a em sua função de ensinar. Mesmo que não nos demos conta disso, a coerência com a linha teórica adotada, se reflete na proposição dos objetivos, na escolha dos encaminhamentos, na utilização dos recursos e nas propostas avaliativas que em seu conjunto refletem sua concepção na própria prática pedagógica. Conforme destaca Freitas (2008, p. 100, Grifo do autor): “A finalidade da organização do trabalho pedagógico deve ser a produção de conhecimento (não necessariamente original), *por meio do trabalho com valor social* (não do “trabalho” de faz-de-conta, artificial); a prática refletindo-se na forma de teoria que é devolvida à prática, num circuito indissociável e interminável de aprimoramento”.

Somente será possível uma reflexão da prática com base num conhecimento teórico que conforme Kopnin (*apud* Freitas, 2008, p.92) compreende teoria como:

... ‘uma forma de pensamento que tem suas peculiaridades e ocupa um certo lugar no movimento do conhecimento’, ou mais especificamente, uma atividade que ‘deve compreender não só a descrição de certo conjunto de fatos mas, também, sua explicação, o descobrimento de leis a que eles estão subordinados (Freitas, 2008, p. 238)’.

O domínio dos conhecimentos historicamente acumulados, entendidos nesta perspectiva, permite ao aluno no âmbito da escola, compreender, descrever e explicar, os fatos da realidade. Estes conhecimentos estão organizados nas diferentes disciplinas da tradição curricular e se materializam por meio dos conteúdos que compõem os conhecimentos específicos de uma determinada disciplina.

No entanto, sob a influência de mecanismos hegemônicos de desvalorização do conhecimento, o que se têm observado ultimamente é uma banalização desses conhecimentos sistematizados, o que desqualifica o sentido/significado da própria disciplina. E assim, corre-se o risco de se produzir um ensino tão superficial que

facilmente poderia ser substituído por outros canais (como a televisão), cuja mera função está em informar, neste caso, descomprometido com a transformação da realidade. Este também é o caso das mídias e das novas tecnologias, que nesta direção estariam cumprindo seu papel de informar de modo eficiente, convincente e prazeroso, mas sem o compromisso com a formação crítica dos seres humanos. Não queremos dizer com isso que todas as formas de comunicação e de tecnologia estejam imbuídas dentro desta mesma lógica, mas, o que não se pode desconsiderar são os interesses a que servem muitos destes canais de comunicação. Não estariam voltados apenas à reprodução da ordem vigente e, portanto da exacerbação das desigualdades sociais?

Aqui, mais uma vez, cabe um outro questionamento: - Se os/as professores/as, como detentores do conhecimento, deixam o seu papel de transmissores efetivos desse conhecimento, como se realizará a crítica? Quem irá equacionar quais os conhecimentos teóricos são relevantes no contexto da escola?

De acordo com Nagel (2007, p. 11);

Na verdade, encobertas pela pós-modernidade, as orientações pedagógicas que partem dos órgãos responsáveis pela educação brasileira apóiam pressupostos contraditórios. Ao lado da apologia do educar, do ensinar, consideram todos os discursos como plausíveis, admitem encontrar a verdade, inclusive em sistemas opostos ou antagônicos, recusam normas, regras e princípios, renegam referenciais, rejeitam qualquer uniformidade ou padronização, abandonam preocupações com os determinantes sociais e aceitam, naturalmente, a imprecisão de termos e a falta de rigor nos discursos.

No trabalho pedagógico, a busca de um aprofundamento teórico/científico/acadêmico e que permita uma compreensão crítica de sua área de atuação é fundamental ao professor/a, para a reversão desta lógica. Conforme apontam Avila e Ortigara (2007, p. 309):

Sem uma crítica consistente – que significa compreender que a sociedade em que vivemos é contraditória e estrutura-se sobre a forma como o ser humano organiza o modo de garantir a sua produção e reprodução – como o professor será capaz de presentificar o conhecimento que possibilite ao aluno superar a imediatividade do cotidiano para alcançar uma sistematização mais consciente com o real, que supera o senso comum ou a aparência do fenômeno?

Somente por meio de uma contínua formação, juntamente com o estabelecimento de um referencial teórico numa perspectiva crítica e com um trabalho pedagógico coerente com este referencial, seria possível pensarmos numa transformação do cotidiano escolar e na conseqüente superação desse senso comum por um senso comum “esclarecido”.

O Livro Didático Público em questão.

Na esteira da discussão estabelecida até então, refletiremos sobre o Livro

Didático Público, na aproximação dos conhecimentos produzidos historicamente e na possibilidade (ou não) de apropriação/resignificação desse conhecimento, pelos/as alunos/as no espaço escolar.

Conforme a proposta da Secretaria de Educação implantada pelo Departamento de Educação Básica “o Livro Didático Público é uma forma de Política Pública educacional que faz coincidir com o professor a figura do escritor. Trata-se de um material produzido por profissionais da rede pública estadual paranaense, envolvendo as doze disciplinas de tradição curricular no Ensino Médio” (Portal Educacional do Paraná, 2008). Caracteriza-se como material de apoio pedagógico para estudantes e professores do Ensino Médio das escolas públicas estaduais de todo o Estado do Paraná. No ano de 2008 foi concretizada uma segunda edição revisada e ampliada do LDP, com nova distribuição aos/as alunos/as da educação básica do Ensino Médio.

Para Angulski et al. (2007, p.3) visando a “efetivação deste projeto, a Secretaria de Educação buscou viabilizar os meios para que os professores, utilizando-se da pesquisa, aprimorassem seus conhecimentos produzindo, colaborativamente, textos de conteúdos pedagógicos, com base nas Diretrizes Curriculares do Estado, que pudessem servir de material didático e apoio pedagógico permanente aos alunos e professores”. Esta ação teve início primeiramente com a configuração do Projeto Folhas⁶ e culminando com a elaboração do LDP.

Estas ações compõem um conjunto de estratégias que emanam das políticas públicas que se estabeleceram no interior do Estado e que, como apontado anteriormente pela Superintendência da Educação, está calcado nos cinco princípios básicos para uma educação, efetivamente democrática, dentre eles a “valorização dos profissionais da educação”. Nesta perspectiva, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares, que servem de elemento norteador para as escolas, constituindo o Projeto Político Pedagógico e circunscrito no planejamento de ensino do professor. A partir das Diretrizes, seguem também os demais encaminhamentos que se efetivaram na Educação Básica neste Estado. As Diretrizes Curriculares são apontadas como documento oficial, mas que requerem a reflexão e o engajamento dos professores no interior da escola.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná chegam às escolas como um documento oficial que traz as marcas de sua construção: a horizontalidade, que abraçou todas as Escolas e Núcleos Regionais de Educação do Estado e a polifonia, que faz ressoar nelas as vozes de todos os professores das Escolas Públicas paranaenses. Este é um documento que traz, em si, o chão da escola e traça estratégias que visam nortear o trabalho do professor e garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes da rede pública. Os mesmos princípios democráticos que fundamentaram a construção destas Diretrizes solicitam, dos professores, o engajamento na contínua reflexão sobre este documento, para que sua participação crítica,

⁶ O *Folhas* é um Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação que propõe uma metodologia específica de produção de material didático, como forma de viabilizar a pesquisa dos saberes e fundamentos teórico-metodológicos das disciplinas que compõem a matriz curricular da Educação Básica da escola pública paranaense. Espera-se que, por meio desta metodologia, sejam desenvolvidas uma prática de pesquisa no cotidiano escolar e implementadas as Diretrizes Curriculares para Educação Básica da rede pública de ensino do Estado do Paraná. O resultado deste processo são materiais didáticos voltados para os alunos da educação básica. (Portal Educacional do Estado do Paraná - 2008)

constante e transformadora efetiva, nas escolas de todo o Estado, um currículo dinâmico e democrático. (Portal Educacional do Paraná - 2008)

As DCE de Educação Física, retomam as discussões que se estabeleceram no interior desta área nas últimas décadas e apontam para a pedagogia crítico-superadora como referência, elegendo a “cultura corporal” como objeto de estudo/ensino desta disciplina no interior da escola:

... estas Diretrizes apontam a Cultura Corporal como objeto de estudo e ensino da Educação Física, evidenciando a relação estreita entre a formação histórica do ser humano por meio do trabalho e as práticas corporais que daí decorreram. A ação pedagógica da Educação Física deve estimular a reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal em jogos, brinquedos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas e esportes. Essas expressões podem ser identificadas como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, apud DCE, 2008 – Portal Educacional do Paraná).

Nesta lógica foram estabelecidos os conteúdos fundamentais que estruturam os conhecimentos referentes à cultura corporal, sendo denominados nas Diretrizes como “conteúdos estruturantes”. Há toda uma discussão teórica empreendida no interior do documento, com vistas a dar suporte a linha pedagógica adotada. Este documento foi disponibilizado, via impressa, a todos os professores da Educação Básica das escolas do Estado (versões preliminares 2006, 2007) e com acesso virtual na versão atualizada (2008). Não nos cabe neste momento empreender uma longa discussão a respeito das Diretrizes, mas apontar sua relação com as demais ações estabelecidas por meio das políticas públicas no Estado do Paraná de formação continuada e seu *status* de “documento oficial” para compreendermos a lógica de organização do LDP, este sim objeto de nossa análise.

Conforme referido anteriormente, visando a valorização profissional e o incentivo da formação continuada a SEED/DEB após a criação do Projeto Folhas investiu esforços na construção do LDP com apoio dos/as professores/as da rede estadual e com a participação das Instituições de Ensino Superior. O LDP é um compêndio de diversos Folhas, estruturado com uma metodologia específica e está organizado em capítulos conforme os conteúdos estruturantes apresentados nas Diretrizes Curriculares de Educação Física, este material de apoio didático-pedagógico visa estabelecer um diálogo com professores/as e alunos/as no interior das aulas.

Obviamente que os conteúdos e a proposta de trabalho apresentado no LDP não se esgotam nele. Também, o mesmo não representa o único instrumento pedagógico que o professor pode lançar mão para organizar o seu trabalho pedagógico. Mas, uma vez que este material foi construído por professores/as da rede para utilização pelos/as professores/as e alunos/as da rede, cabe aqui um questionamento: quais os conhecimentos e quais as abordagens sobre estes conhecimentos o Livro Didático Público estaria buscando legitimar no interior das escolas? Estaria o Livro Didático Público sendo avaliado positiva ou negativamente pelos professores e alunos? No caso

de uma ou outra posição quais os argumentos são levantados?

Algumas Considerações

Este estudo, como referido anteriormente, se efetivará na escola ao longo do ano de 2009, mas se constitui de um amplo processo de reflexão que teve início no ano de 2008. Sua abrangência se dará pela ampliação dos conhecimentos efetivados nos Grupos de Estudos realizados na escola com os professores/as envolvidos/as, bem como, na observação participante e na análise documental. Pretendemos, ao longo deste estudo, desvelar algumas questões e apontar por meio delas alguns caminhos, para que o/a professor/a de Educação Física possa repensar seu fazer pedagógico no interior da escola da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, A. B. E ORTIGARA, V. Conhecimento, sociedade e educação de professores: crítica consistente ou conservadorismo político? PERSPECTIVA, Florianópolis. V. 25 n 2, 289-313, jul/dez. 2007.

ANGULSKI, C. M; FUGIKAWA. C. S. L.; SANTOS, F. A. DOS; GONÇALVES, F. S.; NAVARRO, R. T. Livro Didático Público de Educação Física: um diálogo com a prática pedagógica. In: Anais do XV Congresso Internacional de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007. CD-ROM.

DUARTE, Newton. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. In: DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Campinas: Autores Associados, 2003.

FREITAS, L. C. de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papirus, 9 ed. 2008.

FUSARI, J. C. Série Idéias, São Paulo: FDE. n. 3, 13-27, 1992.

NAGEL, L. H. Para que servem os cursos de formação de professores? Aula inaugural do Curso de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Cascavel, UNIOESTE, 2007. No prelo.

PERRENOUD, Ph. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

_____. Pedagogia Diferenciada. Das Intenções à Ação. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

_____. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

_____. Por que construir competências a partir da escola? Desenvolvimento da

autonomia e luta contra as desigualdades. Porto: ASA Editores, 2001.

_____. Ensinar: Agir na urgência, decidir na incerteza. Saberes e competências em uma profissão complexa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

_____. A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógicas. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

Sites Consultados:

http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/Perrenoud_livros_e_artigos.html (data de acesso: 17/07/2008) - Philippe Perrenoud: Livros e artigos em português.

<http://www.diaadia.pr.gov.br/sued> (data de acesso: 22/07/2008)

<http://www.diaadia.pr.gov.br/sued/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>
(data de acesso: 22/07/2008)

Endereço: Av. República Argentina, 755 apto. 1501- Água Verde
Curitiba - PR

CEP 80240210

Cíntia Müller Angulski – Professora PDE

cintiamuller.a@gmail.com

Astrid Baecker Avila – Professora UFPR

astridavila@ufpr.br

Recurso tecnológico: Data show